

# V Á R I A

## A CASA DA MOEDA DA CIDADE DO PORTO EM 1833

Há tempos o nosso ilustre consócio e grande historiador portuense, Sr. Dr. Magalhães Basto, numa das suas famosas crónicas de «O Primeiro de Janeiro», «Falam Velhos Manuscritos», referia-se à ausência de documentos comprovativos da localização da Casa da Moeda dos Loios, criada temporariamente em 1833 na cidade do Porto, que, segundo vários, teria funcionado no prédio que forma a esquina do Largo dos Loios e da Rua de Traz. E por aquela carência, a sua opinião não se compadecia com essas afirmações verbais mais ou menos gratuitas, fundamentadas numa duvidosa tradição oral.

Por semelhável juízo, ao ler a conceituosa crónica, logo me ocorreu da necessidade de se encontrar documentação explícita da existência da referida Casa da Moeda, onde, durante o cerco do Porto e até à entrada do exército libertador em Lisboa, se cunharam as célebres moedas dos Loios, que têm *a parte superior do escudo terminada em bicos que sobressaem lateralmente* (1). Não venha a acontecer como aos patacos da «patuleia» (1847), que tendo sido cunhados na Casa da Moeda do Trem de Monchique, todos os autores dizem terem sido amoedados nas oficinas de João Baptista Moreira! (2)

De facto, nem Lopes Fernandes, nem Teixeira de Aragão, nem Ferraro Vaz, nem qualquer outro, que eu saiba, dá menção de decreto ou portaria referente àquela temporária Casa da Moeda, vulgarmente conhecida pelo apelido dos Loios.

Ora quis o acaso, nas minhas buscas e rebuscas sobre o assunto, pôr ao meu alcance um velho cartapácio, muito sujo, poeirento, com algumas teias de aranha a decorarem-lhe a lombada, onde a minha curiosidade mexerucou na seguinte portaria:

«Tendo cessado a causa que deu lugar à criação temporária da Casa da Moeda da Cidade do Porto, pela restauração da capital, onde se acha instituída

---

(1) Vide: Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica*, etc., pág. 194.

(2) Vide: NVMMVS, Vol. I, Número 2, pág. 135.

a única Casa da Moeda do Reino: Manda S. M. I. o Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, declarar ao Inspector da referida Casa da Moeda da Cidade do Porto, que ficam desde já acabados os seus trabalhos, dando a conta do seu estado, e do seu balanço ao Corregedor da Comarca da dita Cidade, e ficando o sobredito Inspector na inteligência de que serão atendidos pela Mesma Augusta Sr.<sup>a</sup>, o zelo, inteligência e desinteresse com que se houve no desempenho desta importante Comissão. Paço das Necessidades, em sete de Setembro de 1833. José da Silva Carvalho.»

E foi isto que num velho calhamaço encontrei como documento necessário à história da Casa da Moeda do Porto em 1833, e que, aqui mesmo na «Vária» da NVMMVS, ficará devidamente registado.

ALEXANDRE FERREIRA BARROS

### O «MALUCO», MOEDA DE EMERGÊNCIA

Da Comunicação apresentada à S. P. N., em sessão de 22 de Julho de 1955, por Carlos Fernando de Sousa Santos.

Há tempos, num dos meus modestos escritos sobre moedas, a que a S. P. N. quis dar relevo publicando um resumo na sua revista «NVMMVS», foquei o facto de Mateu y Llopis, no seu Glosário Hispânico de Numismática, dizer que na numária dos Açores há um tostão mandado cunhar em bronze por D. Maria II, e acrescentava que ele se queria referir à moeda «maluco», da data de 1829, valor facial 80, fabricado em Angra do Heroísmo. Volto hoje a este assunto para acrescentar certas particularidades desta emissão de que últimamente tive conhecimento.

Teixeira de Aragão diz-nos que esta moeda obsidional foi mandada fundir com o bronze dos sinos dos conventos. E entre outros documentos cita a acta n.º 168 — Resoluções do Governo na sessão de 21 de Maio de 1829, na qual se diz que «esta moeda passa de hoje em diante ao valor de 100 réis, não obstante o tipo» e isto quer dizer que lhe foi aplicada uma disposição análoga à da Lei de 4 de Agosto de 1668, de D. Pedro II, que aumentou de 20 % o valor da moeda de ouro e prata, determinação que pode dizer-se ter sido mantida em vigor até à reforma monetária de D. Maria II, em 1835.

Esta moeda, que é muito curiosa e sobre a qual pouco se tem escrito, foi

criada pela necessidade absoluta de angariar fundos para fazer face às despesas resultantes da reivindicação de D. Maria II ao trono de Portugal, usurpado por D. Miguel I. Diz-se que com ela se pagou aos «Bravos do Mindelo» quando desembarcaram em Pampelido para início das Campanhas da Liberdade.

Há pouco estive no Funchal e tive ocasião de ver na Biblioteca do Museu Regional um opúsculo da autoria do Sr. Alberto Artur Sarmento, edição da Tipografia Camões, dessa cidade, 1933, em que se afirma ter esta moeda entrado em circulação na ilha de Porto Santo, sendo originária dos Açores, onde foi moldada numa improvisada Casa da Moeda, que pouco mais tinha do que um caixão de areia húmida e fina, para fundição, sendo no fim cada peça limada para aperfeiçoamento.

Isto também se lê na História do Cerco do Porto, de Luz Soriano (pág. 297).

O opúsculo citado indica para esta moeda o peso aproximado de 6 oitavos e 13 grãos (Teixeira de Aragão situa-o entre 5 e 7 oitavos). Acrescenta que ela foi levada para a ilha de Porto Santo pelas forças liberais de D. Pedro IV, que a ocuparam. Porém, quando esta ilha foi retomada por forças miguelistas, idas da Madeira (Junho de 1832), voltaram as moedas ao seu anterior valor (deprendendo-se disto que tornaram a valer 80 réis), mas não muito tempo, pois que logo foi mandada entregar toda a moeda da Terceira sob pena dos seus possuidores incorrerem na penalidade de moedeiros falsos, sendo assim recolhida no valor aproximado de 100\$000.

Diz-se também que muita gente enterrou «malucos» na areia, e de facto, no passado século, depois das invernias, alguns foram encontrados ao longo do leito da ribeira da vila de Porto Santo.

Posto isto, e se é certo que com esta moeda foram feitos os primeiros pagamentos às tropas que desembarcaram no Mindelo — asserção que ponho de reserva — pode-se afirmar que o «maluco» foi moeda de emergência não só na ilha Terceira, onde teve origem, como também numa cidade do continente — a Invicta — e bem assim na ilha de Porto Santo, do arquipélago da Madeira.

COMISSÃO DE NUMISMÁTICA E SIGILOGRAFIA  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES  
EXTRACTOS DAS SESSÕES

*De 19 de Abril de 1955*

Esta sessão foi presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, e secretariada pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola.

Entrando na ordem dos trabalhos da Comissão foi dada a palavra ao sr. Dr. Rocha Souto, que proferiu uma comunicação acerca «Do regime jurídico da ocupação dos tesouros e das coisas escondidas, no Direito português actual».

Sintetizando o quadro dos trabalhos portugueses e estrangeiros que se prendem com o regime jurídico dos achados arqueológicos, o sr. Dr. Rocha Souto mostrou como em Portugal nada existe escrito pelos autores, que diga exclusiva e directamente respeito aos direitos e obrigações, quer dos particulares, quer do próprio Estado, no que se refere aos achados de tesouros e objectos de valor arqueológico.

Apreciou sucessivamente as disposições legais desde D. João V, em 1721, até fins do ano de 1931.

Entrando, depois, na explicação do conteúdo dos diplomas mais importantes, e ainda vigentes juntamente com o Código Civil, o sr. Dr. Rocha Souto analisou pormenorizadamente o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 20.985, de 7 de Março de 1932, que é o diploma fundamental para a determinação do regime jurídico dos valores artísticos e arqueológicos nacionais; o do art. 52.º da Constituição Política de 1933; o da Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, e Decreto-Lei n.º 26.611, de 19 de Maio do mesmo ano, relativos à Junta Nacional de Educação; o da Lei n.º 2.032, de 11 de Junho de 1949, de protecção aos valores concelhios; e, finalmente, o Decreto-Lei n.º 38.906, de 10 de Setembro de 1952, de protecção aos objectos móveis de valor artístico e arqueológico, que ressalva expressamente, no seu texto, o regime dos Decretos n.ºs 20.586 (de 4 de Dezembro de 1931), e 20.985.

Terminada esta comunicação, usaram da palavra o sr. Presidente e o sr. Major Spínola, que agradeceram ao sr. Dr. Rocha Souto a boa vontade com que reunira, num trabalho de conjunto, disposições que se encontravam tão dispersas, lamentando que a lei não tivesse mais em vista a psicologia dos achadores, a quem confere apenas 1/3 do valor dos objectos encontrados, sendo os 2/3 restantes para o proprietário do prédio ou do terreno, o que faz com que, por vezes, os achadores ocultem os achados, em prejuízo da Ciência Arqueológica. Segundo o sr. Major Spínola, a melhor solução seria a de se garantir ao achador a propriedade dos objectos achados, e bem assim a de o Estado lhe atribuir um prémio em dinheiro, pelo facto da participação do achado, solução que o sr. Dr. Rocha Souto não considerou viável, prometendo mostrar, em novas comunicações, o que se passa no Direito estrangeiro, quanto aos achados arqueológicos.

*De 17 de Maio de 1955*

Sessão presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur e secretariada pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola.

Usou da palavra, antes da ordem dos trabalhos, o sr. Tenente-coronel Eng.º Cruz Azevedo, que defendeu a opinião de não considerar justo o regime, proposto pelo sr. Major Spínola, de os achados arqueológicos reverterem integralmente em favor do achador.

Entrando-se, depois, na ordem dos trabalhos anunciados para esta sessão, usou da palavra o sr. Eng.º Joaquim Ferraro Vaz, que ampliou a sua anterior comunicação, acerca do «Preço de Amoedação e Valor Intrínseco dos Dinheiros».

*De 14 de Junho de 1955*

Nesta sessão, que foi presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur e secretariada pelo sr. Major Ismael Joaquim Spínola, foi decidido, por unanimidade, que ficasse constando da Acta um voto de pesar pelo falecimento do sr. Dr. Carlos Ary dos Santos, ocorrido em 12 de Junho de 1955.

*De 21 de Junho de 1955*

Em continuação dos trabalhos da Comissão encarregada de elaborar um Relatório acerca do regime jurídico mais conveniente para os achados arqueológicos, voltou a reunir-se nesta data a Comissão de Numismática e Sigilografia, presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, e secretariada pelo sr. Major Ismael J. Spínola.

Usou da palavra o sr. Dr. Rocha Souto, que proferiu uma comunicação acerca «Do regime jurídico dos achados arqueológicos, nos Direitos francês, espanhol e italiano».

*De 18 de Julho de 1955*

Esta sessão foi presidida pelo sr. Eng.º Raul da Costa Couvreur, tendo o sr. Major Ismael Joaquim Spínola pedido escusa das suas funções de Secretário da Comissão, devido à acumulação dos seus afazeres, escusa que foi aceite como justificada, procedendo-se à eleição de novo Secretário, finda a qual se verificou ter sido eleito por unanimidade o sr. Dr. Rocha Souto.

Entrando na ordem dos trabalhos da Comissão, o sr. Presidente concedeu a palavra ao novo Secretário, que proferiu uma última comunicação, em seguimento das anteriores, acerca «Do regime jurídico dos achados arqueológicos em vários Códigos estrangeiros», pronunciando-se sobre os Códigos Civis alemão, grego e suíço.

Finalmente, encerraram-se as actividades do ano associativo de 1954-1955, com a leitura e votação do Relatório anual do sr. Presidente da Comissão.

# VIDA SOCIAL

## SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

### SÓCIOS EFECTIVOS

Admitidos no quadrimestre Maio-Agosto de 1955.

- N.º 188 — José da Costa Moreira — Funcionário dos C. T. T. (Lisboa)
- » 189 — António Augusto Lopes do Carmo — Guarda-livros (Lisboa)
- » 190 — José Rodrigues de Melo — Funcionário corporativo (Lisboa)
- » 191 — José Domingos Carpenter Robertson — Funcionário público (Lisboa)
- » 192 — António Afonso Pinto — Maquinista (Lisboa)
- » 193 — Moacyr Tavares de Paiva — Agricultor (São Paulo — Brasil)
- » 194 — José de Sousa e Silva — Industrial (Porto)
- » 195 — Henrique Tristão Bettencourt da Câmara — Empregado comercial (Funchal)
- » 196 — Dr. Joaquim Pedro Durão Leitão — Funcionário público (Lisboa)
- » 197 — Jaime Reis de Almeida — Mecânico (Porto)
- » 198 — José Manuel Perestrello d'Orey — Negociante (Lisboa)
- » 199 — Dr. Herculano Tavares Coutinho — Médico (Lisboa)
- » 200 — José Martinho de Campos — Empregado de escritório (Lisboa)
- » 201 — Dr. Joaquim Soares Rodrigues da Silva — Advogado (Salreu)
- » 202 — Domingos Bertrand — Industrial (Lisboa)
- » 203 — José Ribeiro d'Almeida Guerra — Funcionário industrial (Lisboa)
- » 204 — Arnaldo Eugénio Martins Barbosa — Professor de Educação Física (Estoril)
- » 205 — Jorge Rodrigues Neves — Comerciante (Lisboa)

### SÓCIO QUE PEDIU SUSPENSÃO DE EFECTIVIDADE

- N.º 101 — Dr. Francisco d'Assis Brito (Lisboa)

### SÓCIO HONORÁRIO FALECIDO

- N.º 164 — Dr. Carlos Ary Afonso dos Santos (Lisboa)

### SÓCIOS AFASTADOS (§ único do art.º 8.º do Regulamento)

- N.º 48 — José Neves Paula (Lisboa)
- » 65 — Manuel Lisboa de Sousa (Olhão)
- » 67 — José Jardim (Lisboa)
- » 89 — Agostinho C. Borges de Sousa e Silva (Vila Real)
- » 113 — Heitor de Carvalho Rego (Rio de Janeiro)
- » 114 — Dr. Joaquim Bernardo (Guarda)
- » 138 — Eng.º Agr.º Gilberto Homem de Freitas (Funchal)
- » 140 — Alejo Giacchetti (Buenos Aires)

## INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

LUÍS PINTO GARCIA: *Contribuições para o Estudo da Numismática Indo-Portuguesa e Numismática Indo-Portuguesa*. — Traduções. Edição da A. G. U.

O Sr. Dr. Luís Pinto Garcia publicou recentemente duas obras, por ele traduzidas, basilares para a numismática portuguesa da Índia.

São as «Contribuições para o Estudo da Numismática Indo-Portuguesa» pelo *Dr. J. Gerson da Cunha* e a «Numismática Indo-Portuguesa» por *H. T. Grogan*.

Estes dois estudos tornaram-se praticamente inacessíveis, por terem sido publicados há bastantes anos, um deles em separata, outro em artigos de revista, e ambos em inglês.

As traduções são editadas pela Agência Geral do Ultramar, no conhecido tipo das suas belas publicações.

O formato é de 235x160 m/m, muito cómodo para o manuseio.

A obra de Gerson da Cunha tem 176 págs. de texto e, no fim, mais 9 folhas com gravuras. A de Grogan tem 133 págs. de texto e também 9 folhas de gravuras.

Excelente papel avergoado, levemente creme; espesso, forte, resistente. O das estampas é bom papel gessado, com aspecto cetinoso que dá bonito realce às gravuras.

Capa a vermelho e preto. Sóbria, bem disposta e agradável, apesar de o título da primeira das obras ser excessivamente extenso.

A mancha impressa mede 125x97 m/m, deixando, assim, boas margens.

A disposição tipográfica é bem espaçada, muito clara e que agrada. O tipo muito legível, impecavelmente limpo. A impressão modelar.

Algumas «gralhas». Mas sem «errata». Para números, se os houver errados, é falta grave.

As gravuras esplêndidas, muito nítidas e bem arrumadas. Os Avv. ao lado dos Rvv., o que facilita o exame. Muitas vezes aparecem estas gravuras com uma indefensável disposição simétrica, que desnortea a quem quer ver uma moeda de ambos os lados, por ficarem com outras gravuras entre elas.

Estas edições da Agência Geral do Ultramar são magníficas, e baratas. Mas têm dois grandes defeitos: — Raras vezes se encontram nas livrarias. — Boa parte das obras de maior mérito esgota-se rapidamente.

Cada uma das duas traduções custa 20\$00.

A obra do Dr. G. Cunha foi publicada em fascículos, desde 1880 a 1883, em Bombaim.

Começa por tratar das Casas da Moeda portuguesas na Índia. Depois ocupa-se, cronologicamente, das sucessivas cunhagens indo-portuguesas, até às que resultaram da Convenção Monetária de 1880.

Debate numerosos assuntos. Apresenta pontos de vista novos e originais, baseados em documentos, que estudou, e na sua magnífica colecção, na qual havia preciosidades inéditas que resolveram algumas incógnitas.

Arqueólogo, historiógrafo e numismata incansável, como sublinha o Sr. Dr. P. Garcia, as suas *Contributions* são conhecidíssimas e sempre citadas nos centros numismáticos do Oriente e da Grã-Bretanha.

No seu prefácio, o ilustre tradutor dá notas biográficas do Dr. G. Cunha e um rol minucioso das 22 obras que ele estampou; e de mais 14 publicações que tratam dos escritos e colecções do eminente sábio indo-português.

As notas esclarecem e completam muitas passagens do livro.

A obra de Grogan, mais conhecido entre nós, é constituída por artigos publicados, de 1908 a 1918, em uma revista inglesa.

Segundo frisa o benemérito tradutor, é o tratado mais recente sobre numária indo-portuguesa. Depois dela, apenas saiu o estudo do Sr. Eng.º Raul Couvreur sobre *Bazarucos*, em 1943.

Dispondo da maior das colecções indo-portuguesas e dos conhecimentos acumulados desde Aragão, pôde emendar erros e preencher muitas lacunas, reformando por completo vários pontos de doutrina.

Trata de diversos assuntos, todos de primordial importância, mas sem a preocupação de constituírem um todo sequente.

No prefácio, o competentíssimo tradutor dá-nos notas biográficas e bibliográficas de Grogan. Inclui, nelas, uma valiosíssima resenha de «o que se tem publicado até agora, em Portugal e lá fora, a respeito de moedas portuguesas do Oriente». E são 92 as obras que relaciona, com toda a minudência.

Para se não dizer que só escrevo elogios, aponto umas coisas que podem parecer senões a um critério rigorista de revisor de provas. O que noto, refere-se apenas a Grogan:

— *Lacxmi*, deusa brilhante do Dia e consorte de Vixnu, é uma divindade feminina. Portanto *Lakshmi... sentado* (pág. 21) é erro tipográfico.

— Creio que *Nawabs* (págs. 23 e 25) se pode traduzir por *nababos*.

— *Suami* significa prelado ou mentor religioso dos credos hinduístas. Assim, talvez ficasse melhor dizer moeda de *Três Suamis* do que *3 Swami* (págs. 24 e segs.).

— A expressão *nome santo* de D. Sebastião, de Filipe III e de D. João IV (págs. 35, 76 e 84) para significar *santo homónimo* ou o onomástico daqueles monarcas, é interessante e original.

— Em numismática portuguesa, o termo *peça* tem um sentido especial, muito res-trito, embora nada estorve que ele se empregue, também, no seu significado geral, talvez para traduzir o inglês *coin*. Mas, só de pág. 59 até pág. 99, a palavra *peça* aparece umas 161 vezes.

— Não é usual dizer-se *cunho* (págs. 42, 109, 116) na acepção de *moeda*.

Evidentemente, quem esmiúça estas insignificâncias, é porque não achou argueiro que se visse. Nem o nome do tradutor permitia que tal se esperasse.

Não cotejei as traduções com o original. Mas a especial competência do Sr. Dr. P. Garcia, como professor e como numismata seguro, são garantia mais que bastante de uma tradução impecavelmente fiel.

As notas do tradutor mostram provir do investigador que elaborou as apreciadas monografias que tem publicado.

O serviço que prestou, esse fica acima do meu elogio.

L. A. MAYER: *Bibliography of Moslem Numismatics (India excetpd)* — London, 1954, 2.<sup>a</sup> edição.

São os trabalhos de bibliografia numismática, género ainda pouco tentado, um auxiliar precioso, mesmo para o estudioso já adiantado no campo numismático, que em tais obras vai encontrar citação de outras, de artigos e de revistas, para si ainda desconhecidos, muito embora escritos originalmente em línguas, por vezes, inacessíveis.

Para nós portugueses não tem esta obra de Mayer, editada pela benemérita Real



Sociedade Asiática, meritória a todos os títulos e agora grandemente acrescentada em nova edição, o valor que ela intrinsecamente encerra. De facto, as numárias orientais, nem de longe, nem de perto, são cultivadas entre nós. São mesmo pouquíssimos os portugueses que coleccionam moedas árabes e raríssimos os que verdadeiramente as estudam. O Conselheiro Vargas, falecido há muito, foi, em Portugal, uma muito honrosa excepção. Não sucedeu nem sucede outro tanto em Espanha. E a própria *Bibliography* o comprova, citando bastos nomes (a obra apresenta-se com o carácter onomástico), e os respectivos trabalhos, de estudiosos, mortos uns e, felizmente, vivos outros, da nação vizinha, como Botet y Sisó, Caballero-Infante, Campaner y Fuertes, Casto Maria del Rivero, Cerdá, Codesa, Delgado, Elias de Molins, Mateu y Llopis, Rada y Delgado, Vasquez Queipo, Vives, etc.

L. A. Mayer, para o arranjo da sua excelente bibliografia, deu-se a um trabalho esgotante de visitas e consultas (num dos prefácios aponta o nome do nosso bom amigo e distinto confrade Mateu y Llopis como um dos seus colaboradores), não engloba nela a Índia por, como ele muito bem diz, a numismática muçulmana deste país constituir uma secção quase independente da numária oriental.

A bibliografia portuguesa citada constitui fraca contribuição para a grandiosidade da obra e limita-se aos catálogos de Júdice dos Santos, Gerson da Cunha e Figanier (catálogo de parte das moedas árabes do nosso museu oficial) aos artigos de Vargas no *Arqueólogo*, ao *Elencho* de José Leite de Vasconcelos, às *Descrição Geral e Histórica, etc.*, e *Description des Monnaies, etc.* de Aragão e à *Memória de cinco medalhas africanas* de Fr. José de Santo António Moura (das *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*).

L. P. G.

C. H. V. SUTHERLAND: *Art in Coinage* — Londres, 1955.

Mr. Sutherland, consagrado numismata e estudioso britânico, antigo presidente da Royal Numismatic Society, conservador da secção de moedas do Ashmolean Museum, de Oxford, e autor de *Coinage and Currency in Roman Britain, The Romans in Spain* e *Coinage in Roman Imperial Policy*, oferta-nos agora *Art in Coinage*, obra magistral sobre arte e técnica monetárias.

Desde a «hammered» até à «milled coinage» o Dr. Sutherland desenvolve, com brilho, que é de realçar, um estudo, pleno de interesse, sobre as moedas e medalhas como pequenas obras de arte.

Inicia o estudo pondo em evidência a inata vocação artística dos gregos, analisa o período áureo da arte monetária helénica, a sua maturidade em que os estilos e técnicas monetárias da Hélade se internacionalizaram, passa pelo desenvolvimento da técnica do retrato no Império Romano, pelo formalismo bizantino e medieval, declínio da técnica após o colapso do Império, técnica do retrato anglo-saxónico e arte medieval germânica, realça seguidamente o génio de Pisanello na feitura da medalha e a influência italiana no resto da Europa, e vem a prosseguir com a Renascença na Itália, na França e na Inglaterra.

Embrenhando-se, por fim, no estudo da introdução da máquina para o fabrico da moeda, o ilustre Autor dedica as últimas páginas ao declínio artístico na factura das medalhas.

L. P. G.

## O B I T U Á R I O

### DR. CARLOS ARY AFONSO DOS SANTOS

Faleceu em Lisboa, a 12 de Junho de 1955, o Dr. Carlos Ary Afonso dos Santos, que foi nosso muito ilustre sócio honorário e brilhante colaborador de NVMMVS.

Era natural de Bragança, onde nasceu em 1879. Formou-se em medicina e especializou-se em oto-rino-laringologia, ramo em que alcançou justificado renome. Desempenhou funções de professorado e de direcção clínica em várias instituições, e foi publicista de grande merecimento. Os seus numerosos trabalhos sobre assuntos médicos da especialidade, publicados desde 1904 até há poucos anos, distribuem-se quer em volumes quer por diferentes revistas nacionais e estrangeiras.

O seu refinado espírito de artista levou-o últimamente a dedicar-se, em seus lazeres, à prática da medalhística, ciência que cultivou consideravelmente e em que se revelou também como bibliógrafo de renome, dos maiores da sua época, se não o maior. Publicou muitos trabalhos, em várias revistas, dentre os quais citaremos, além dos que foram publicados em «*A Moeda*», da Casa A. Molder, de Lisboa, desde os números 27 a 59:

- *Algumas medalhas portuguesas e outras estrangeiras referentes a Portugal*. Tip. da Soc. Industrial de Tipografia — Lisboa.
- *Um grande gravador de medalhas, Domingos de Cívens Alves do Rego*. Separata do n.º 2 de «*Terra-Lusa*» — Lisboa, 1952.
- *Medalhas dedicadas a D. Catarina de Bragança*. Separata de «*O Instituto*», vol. 116 — Coimbra, 1953.
- *Medalhas dedicadas a Frei António Manuel de Vilhena*. Separata da revista «*Museu*», vol. III — Porto, 1950.

A maior das suas obras e, sem dúvida, a de mais subido valor, não lhe permitiu o destino vê-la publicada. Intitulava-se «*Subsídios para a História da Guerra Peninsular*» e constituía um grosso volume dactilografado, de muitas páginas e numerosas ilustrações.

Tentou a S. P. N. editar esta obra, mas, como as possibilidades financeiras eram muito reduzidas para o valor da edição, não pôde levar a efeito o intento, reservando-se para melhor oportunidade.

Seria lamentável que se perdesse um trabalho de tal natureza e de tão elevado mérito. Temos esperança de que o Ex.<sup>mo</sup> Filho do extinto, também médico, Dr. Ary dos Santos, procure dar-lhe a publicidade que merece.

A Sociedade Portuguesa de Numismática presta rendida homenagem à respeitável memória do seu prestigioso sócio honorário e maior medalhista português da actualidade.

*Recordando os nossos Mortos*



*Dr. Carlos Ary Afonso dos Santos*

27-V-1879 — 12-VI-1955

